O verde-oliva

CENTRO DE
RELAÇÕES PÚBLICAS
DO EXÉRCITO
1973 — BRASÍLIA
EDIÇÃO ESPECIAL

Editorial

"O VERDE-OLIVA" homenageia a Semana de Caxias com nova e colorida impressão, programação diferente, maior número de páginas e tiragem aumentada. Tantas modificações técnicas objetivam tornar mais atraente o conteúdo da homenagem: um relato informativo das mais significativas realizações do Exército Brasileiro nos últimos dez anos. Sim, porque, na verdade, muito se fez a partir de 31 de março de 1964. Nos calamitosos meses que antecederam a Revolução de Março, o Exército de LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA enfrentava os efeitos de uma espiral inflacionária crescente e da total irresponsabilidade administrativa do governo anárquico-sindicalista de então. A inflação reduzia seus orçamentos a um nível aquisitivo mínimo, aviltava os vencimentos, encarecia a vida vegetativa das organizações militares, esvaía vultosas parcelas para pagamento do pessoal, e reservava, em proporção, recursos mínimos para investimentos imprescindíveis a um necessário grau de operacionalidade da Força Terrestre.

Dez anos depois, "O VERDE-OLIVA" pode falar de um Moderno Exército — peça do suporte da segurança nacional — que vem cumprindo à risca sua destinação constitucional. De um Exército que rearticula suas forças, implantando novos quartéis no coração da Amazônia, Centro-Oeste e áreas sensíveis, como imperativo daquela suprema segurança. De um Exército que busca a necessária modernização de seu equipamento e armamento, obsoletos e inadequados para a missão que lhe foi confiada pelo povo brasileiro. De um Exército que racionalizou e organizou sua administração; rasgou florestas para implantar rodovias; construiu ferrovias, aeroportos, açudes e obras de saneamento; abriu seus quartéis e escolas a brasileiros de todos os níveis sociais, raças e credos; trabalhou ao lado dos universitários no PROJETO RONDON; recebeu milhares de crianças nos períodos de férias escolares, estimulando-as ao culto do aprimoramento físico e dos fatos e vultos da História do Brasil; colaborou no processo educacional brasileiro, proporcionando primeiras letras a milhares de jovens e curso colegial e formação profissional a muitos outros; amparou os doentes epidêmicos e os sofridos da seca nordestina; colonizou boa parte da Amazônia, Centro-Oeste e barrancas do Paraná. Um Exército cujos feitos não podem ser completamente citados num simples editorial.

"O VERDE-OLIVA" também não pretende tanto. Esta edição faz apenas um breve retrospecto das múltiplas e contínuas realizações dos vários organismos do Exército Brasileiro neste último decênio. No caminho destas conquistas, há toda uma história de amor, patriotismo, perseverança, seriedade, espírito público e dedicação que ainda está para ser contada.

Limitamo-nos aos números e fatos — dados incontestáveis de dez anos de vitórias. Intransigente defensor da instituição a que pertencia, CAXIAS não poderia desejar — acreditamos sinceramente — uma homenagem diversa.

"O BRASIL TEM O NOSSO AMOR"

OAF

Orçamentação e Administração Financeira

Com fundamento na Política Econômico-Financeira dos Governos da Revolução e a implantação dos Sistemas de Planejamento Administrativo e Orçamentação e o de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, o Exército pode hoje apresentar resultados altamente significativos, como bem comprovam os gráficos que revelam uma sensível diminuição das despesas com pessoal, acompanhada do crescimento dos gastos com investimentos. Estes, proporcionalmente, cresceram em mais de 400% desde 1963, enquanto os gastos com pessoal baixaram 35%.

No campo econômico-financeiro, as preocupações principais dos administradores do Exército se voltaram para a aprovação de uma política setorial que realçasse, entre outros aspectos, o atendimento rigoroso das metas fixadas com os recursos atribuídos e a racionalização do planejamento e programação dos mesmos. Era necessário, proporcionalmente, carrear mais recursos para investimentos do que para pessoal, enquanto as despesas de custeio deveriam ser mantidas em nível compatível. Aparentemente, tais metas constituíam problemas administrativos, de difícil solução.

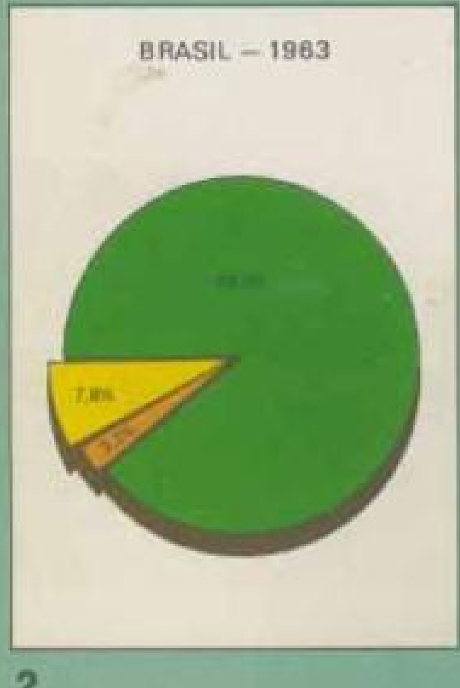
Em parte, os êxitos alcançados foram fruto da integração econômica em todos os órgãos e níveis de direção ou comando.

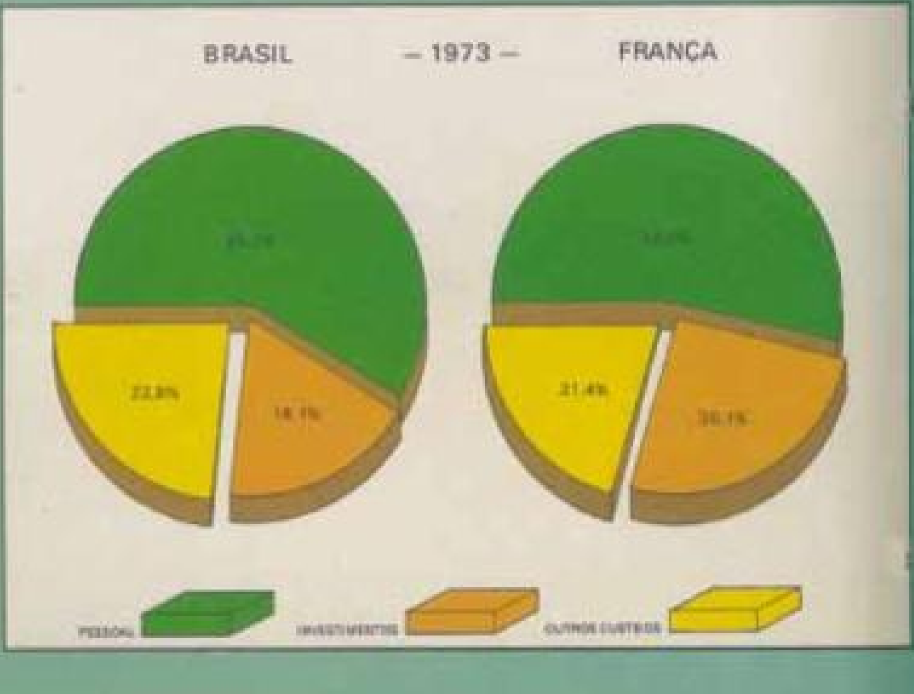
Partindo desta integração, elaborando um conjunto de normas administrativas simples e flexíveis, reduzindo os custos a níveis mínimos, possibilitando o emprego eficaz dos recursos disponíveis, procurando uma aplicação sempre melhor e mais cuidadosa dos recursos à disposição, os órgãos administrativos do Exército acabaram conseguindo seu objetivo. Tais providências fazem parte de uma política global de administração, mas muitas outras — de caráter mais particular — tiveram de ser tomadas para que se atingisse a meta desejada. Assim, transferiram-se, desde que vantajosamente, atividades industriais e comerciais do Exército a empresas privadas e até mesmo foram alienados alguns bens, revertendo o produto para o atendimento de interesses mais urgentes da instituição.

TRABALHO DE EQUIPE

A nova política administrativa, que vem obtendo tanto êxito, reflete a atuação judiciosa e eficiente de todo um complexo, supervisionado pelo Estado-Maior do Exército e pela Diretoria Geral de Economia e Finanças, responsáveis pelos sistemas implantados. Seus frutos não se limitam à conquista de uma nova estrutura orçamentária para o Exército. Outros êxitos administrativos já surgem evidentes: a oportunidade com que os recursos planejados estão chegando às mãos dos administradores; a atuação do Fundo do Exército, como implementador de recursos e instrumento hábil de antecipação de verbas na ocorrência de possíveis atrasos no desembolso (a cargo do órgão central) do sistema em âmbito federal) e outros.

A eficácia administrativa obtida só tende a melhorar, com o passar dos anos. Atualmente, já funciona como base de tudo o mais. Do reaparelhamento, do ensino, da saúde, das comunicações, dos transportes, etc. Nela alicerçado, o Exército Brasileiro torna-se, dia a dia, e sempre mais, uma instituição capaz de prosseguir no cumprimento de sua missão constitucional, mantendo o indispensável clima de confiança, paz interna e justiça social — condicionante do desenvolvimento econômico, da integridade territorial e da soberania nacional.





DMB

Material Bélico

Um Exército que dispõe de armamentos e equipamentos modernos estimula e incentiva seus integrantes, além de possibilitar à Nação, junto com a Marinha e Aeronáutica, o cumprimento exato e escrupuloso de sua missão constitucional — a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem. Ciente dessa verdade, o Exército Brasileiro iniciou, a partir de 1964, uma intensa atividade de reaparelhamento e reequipamento do seu material bélico. Esse setor, até então, enfrentava problemas considerados quase insolúveis: obsoletismo dos materiais, dotações insuficientes para as substituições necessárias, desinteresse generalizado da indústria, limitação de recursos para experiências e pesquisas, tecnologia insipiente, e, principalmente, a falta de uma política consentânea com a importância e a tradição do Exército Brasileiro.

Estabelecida esta política e racionalizados os trabalhos dos vários órgãos que se dedicavam às atividades do setor, com a criação, em 1970, do Departamento de Material Bélico (DMB), coordenando a ação de quatro diretorias (Material de Engenharia, Armamento e Munição, Moto-mecanização e Fabricação e Recuperação), pode, hoje, o Exército considerar altamente satisfatórios os resultados já obtidos. Numa retrospectiva dos últimos dez anos, "O VERDE-OLIVA" sumaria as melhorias alcançadas nesta importante área de atividades do Exército.

ENGENHARIA

O *bote de assalto M2* produzido em 1963, por firma de São Paulo, em fibra de vidro, teve um comportamento considerado aceitável nos testes feitos em rios e lagos. Nos anos subseqüentes, o Exército encomendou 200 unidades, algumas estão até hoje em serviço. Com o encerramento das atividades da fábrica que o produzia, o suprimento deste material sofreu uma interrupção. Em 1971, porém, no Rio, produziu-se um protótipo reforçado e aprimorado, plenamente aprovado nos testes a que foi submetido. Desta nova série, já se acham em serviço mais de 100 unidades.

O *bote pneumático de reconhecimento*, cujos primeiros exemplares foram adquiridos na Alemanha, hoje, já são produzidos em Santo André, São Paulo. Seu rendimento, aprovado em testes preliminares, será verificado efetivamente com a distribuição do bote a unidades localizadas nas diferentes regiões do país.

O *painel M2* é empregado na construção de portadas e pontes leves, utilizando-se o bote M2 como suporte flutuante. Produzido pela Fábrica de Curitiba, vem apresentando satisfatório desem-

penho no serviço de campanha.

A *ponte de painéis Bailey M2* teve seu protótipo construído pela Fábrica de Estruturas Metálicas da Companhia Siderúrgica Nacional. Trata-se de um projeto baseado em modelo americano e em estudos realizados no Instituto Militar de Engenharia, sob orientação da Diretoria de Pesquisa e Ensino Técnico. Concluído em 1971, está, atualmente, em fase de testes.

Os flutuantes pesados Uniflotes servirão de suporte às pontes de painéis Bailey M2 e já se encontram em fase de experimentação. Para modelo, o Exército adquiriu na Inglaterra algumas unidades e realizou testes, com êxito, na travessia do rio Paraíba, em Rezende, Estado do Rio. Os protótipos nacionais estão sendo produzidos por firmas cariocas.

A *equipagem de ponte* tipo "Light Tactical" está sendo produzida na Guanabara; as equipagens de pontes tipo "M4 T6", importadas dos Estados Unidos, estão em fase de testes no Sul.

A *ponte "B4 A1"*, equipamento mais utilizado pelos Batalhões de Engenharia de Combate, continua em produção na Fábrica de Curitiba.

A *ponte "Ribon"* — considerada um dos equipamentos mais modernos do gênero — está em fase de estudos.

Embarcações fluviais: o Exército adquiriu no exterior e forneceu ao CMA vários barcos para travessia de rios e transporte fluvial. Atendida, em parte, a carência desse material naquela área, as atenções se voltam agora para a sua fabricação pela indústria nacional. Já está em fase de experimentação uma lancha de fibra de vidro, de propulsão a turbina, acionada por motor diesel, produzida em Ribeirão Prêto e pelo Departamento de Engenharia Naval da Mercedes-Benz do Brasil.

Equipamento para suprimento de água: a solução foi o "Equipamento 7VT", desenvolvido e produzido no Rio, com a colaboração da Diretoria de Material de Engenharia. Seu componente, um depósito de água para 11 000 litros, reforçado por cabos de aço, já foi distribuído a todas as organizações militares de engenharia, em particular as da Amazônia.

Viaturas especializadas: já está em desenvolvimento o protótipo de nova viatura especializada para o transporte dos Eqp Pnt B4 A1, por firma de São Paulo.

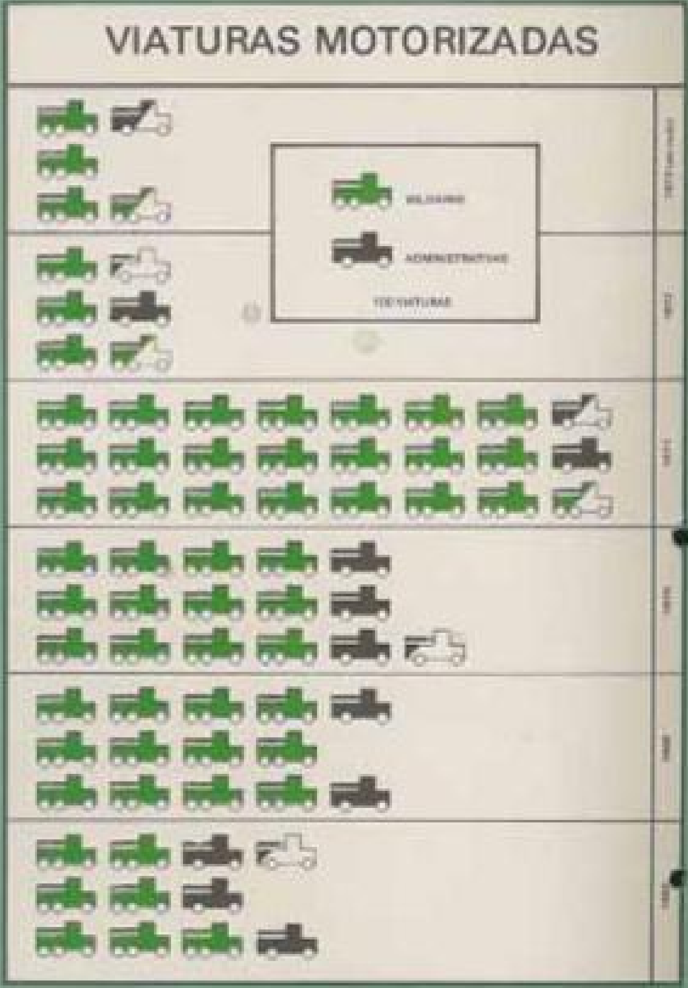
Bússolas: próprias para o uso em campanha, o projeto está sendo desenvolvido em São Paulo.

Salva-vidas: coletes empregados nos trabalhos de pontagem, o protótipo está sendo desenvolvido no Rio.

Grupos eletrogêneos de 4 e 7,5 KVa, os protótipos foram desenvolvidos por firmas do Rio, todos sob a orientação técnica da DME.

Com os recursos financeiros já destinados para o próximo ano, serão adquiridos materiais indispensáveis para a Engenharia Militar realizar seu trabalho de forma mais eficiente: equipagens de ponte 60, passadeiras de alumínio, equipagens de pontes Bailey M2, botes de assalto M2 e de reconhecimento, conjuntos triflotes, botes pneumáticos para 15 homens, portadas para apoio à Infantaria, equipamentos de purificação de água, de terraplenagem, de mergulho, sapador, de combate a incêndio, motores de popa, compressores de ar, viaturas para transporte das Eqp Pnt M4 T6, etc.

Assim, podemos sentir o esforço desenvolvido nos últimos anos e visualizar os recursos canalizados para tornar a Engenharia Militar, em particular a de Combate, capaz de apoiar, com adequados e modernos equipamentos, suas co-irmãs na tarefa que a todas é comum — atingir os objetivos fixados, quaisquer que sejam os obstáculos interpostos.



MOTO-MECANIZADOS

Torna-se desnecessário enfatizar a situação em que se encontrava o Exército até o início da década de 60 em material moto-mecanizado. Na sua quase totalidade, remontando aos fornecimentos recebidos durante a II Guerra Mundial, sua manutenção e a aquisição de suprimentos em fontes externas exauriam ponderáveis recursos sem que um razoável grau de operacionalidade pudesse ser atingido. O desestímulo profissional, decorrência natural daquele estado de coisas, já se fazia sentir nos mais novos, recém-egressos das escolas de formação. A instrução da tropa vinha, gradativamente se ressentindo.

Tornava-se o reaparelhamento uma medida imperiosa, e o Exército voltou para ele suas atenções, certo de que não seria possível, e mesmo conveniente, permanecer impassível ante o descompasso cada vez maior de um país em desenvolvimento acelerado, com o seu instrumento de manutenção e defesa da ordem em precárias condições de operação. Os resultados desse trabalho de reaparelhamento, no que se refere às viaturas motorizadas, podem ser apreciados na ilustração.

Assinale-se os progressos obtidos a partir de 1970, e que a aquisição deste material foi efetuada no mercado interno.

O PAPEL DA INDÚSTRIA

Como respondeu a indústria nacional à nova política de reaparelhamento do Exército? Evidentemente, ela ainda não pode considerar o Exército como um mercado

capaz de interessá-la integralmente. Mas o vulto das aquisições feitas e das previstas transformaram-no num mercado pelo menos compensador. Além disso, as encomendas militares, exigindo determinadas especificações em vários dos seus componentes a colaboração de engenheiros militares.

Resultado desse trabalho em cooperação foi a melhor qualidade e o elevado desempenho dos materiais fabricados pela indústria nacional para o Exército. Nesse setor, a desnecessidade de produzir uma viatura integralmente militarizada (pois os produtos oferecidos pela indústria nacional já respondiam, com adaptações, aos interesses do Exército, em termos de desempenho e custos) permitiu que fossem fixadas as seguintes condicionantes: 1) adoção de viaturas nas tonelagens de 1/4, 3/4, 2 1/2 e 5. As três primeiras já estão nacionalizadas e a última em fase final de provas; 2) aproveitamento do veículo civil, normal, de linha, na sua quase totalidade. A militarização foi obtida com o acréscimo de peças e conjuntos, e a substituição de outras, visando a melhorar o desempenho em qualquer terreno; 3) militarização total da viatura com a adoção de uma cabina militar, montada sôbre o chassi da viatura civil, acrescida dos conjuntos acima citados; 4) seleção e aprovação das viaturas mediante a realização de provas de desempenho e durabilidade, incluindo percursos em estradas de vários pisos. Ao longo do decênio 63-73 notou-se a elevação gradativa do padrão de qualidade dos produtos militares, militarização progressiva das viaturas, padronização de equipamentos militares para viaturas, seleção de carroçarias e de equipamentos de uso militar. No que respeita à política de dieselização, a viatura de 2 1/2 ton já é uma realidade. As trações BOOGIE e BOOMERANG nas viaturas de 2,5 e 5 toneladas, respectivamente, são significativos melhoramentos introduzidos.

CONQUISTAS DA PESQUISA

A pesquisa militar, realizada através do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, órgão subordinado à Diretoria de Pesquisa e Ensino Técnico, está plenamente integrada no trabalho de reaparelhamento e reequipamento do Exército. Seus engenheiros e técnicos civis projetaram duas viaturas blindadas sôbre rodas — um carro de reconhecimento e um de transporte de pessoal, anfíbio. Alunos do curso de mecânica de automóvel do Instituto Militar de Engenharia projetaram a "mula mecânica" — veículo com tração total, capaz de transportar até 750 quilos de carga, em qualquer terreno. (Dotado de motor Volks 1 600 este veículo desenvolve uma velocidade de 50 quilômetros por hora e poderá interessar, com vantagens, à agricultura e à pecuária. Sua destinação militar está reservada ao transporte de munição, ração e equipamentos, em operações aero-terrestres e, ainda em operações anfíbias.) Digno de menção é o trabalho, em curso, de adaptações executados no CCL M3 Al, dotando-o de armamento mais moderno e motor nacional.

Contudo, ainda há necessidade de adquirir materiais de elevados custos de produção e tecnologia muito especializada nos mercados estrangeiros. Consciente dessa realidade, o Exército acaba de importar cerca de 700 viaturas, entre as quais CCL M41 A3, M 113, e M 578, número considerado o mínimo indispensável para atender às suas necessidades com a criação das Brigadas Blindadas. Em futuro próximo, graças ao progresso da tecnologia nacional neste setor, o Exército suprir-se-á de materiais semelhantes em seu próprio complexo fabril.

DMB

Fabricação e Recuperação

O conjunto fabril militar, constituído de oito fábricas e três arsenais, sob controle direto da Diretoria de Fabricação e Recuperação (DFR), está em condições de suprir o Exército de grande parte do material bélico em uso, fabricando e recuperando armamentos, explosivos, munições, agentes químicos e protetores correspondentes, além de material de engenharia e intendência.

Cada estabelecimento fabril tem sua especialização. Enquanto a Fábrica de Itajubá se dedica à produção de armamento leve, os Arsenais do Rio e de São Paulo se incumbem de armamento pesado. Com relação às munições algumas fábricas produzem pólvoras e explosivos, enquanto outras confeccionam as partes metálicas (estojos, corpos de granada, etc.). Finalmente, uma delas reúne os vários componentes para apresentar o produto acabado.

A indústria militar brasileira, sem mencionar os itens de sobressalentes e acessórios de armamentos, por seu volume e complexidade, mantém em sua linha de produção o fabrico da pistola 45, fuzil 7,62 (FAL), morteiros 60 e 120 mm, canhões 57 e 106 SR, lança-rojão e faca de trincheira. Pela conveniência de alteração de calibre, pela introdução de novos aperfeiçoamentos ou mesmo na busca de melhor "performance" no seu rendimento, alguns desses armamentos tiveram, porém, sua produção interrompida.

No entanto, de forma a atender às necessidades do Exército, condicionada pelos recursos disponíveis na programação orçamentária para este setor, prossegue a produção de munições dos mais variados calibres, granadas, foguetes, rojões e artifícios de sinalização.

SUA PRODUÇÃO

Dentre tantos outros produtos que a indústria militar vem fornecendo, normalmente, às Organizações Militares, destacam-se as máscaras de guerra e com filtro facial, lança-chamas, granadas lacrimogêneas, petardos, componentes da ponte B4 A1 e da portada M1, redes de camuflagem, fogões de campanha, capacetes de aço, pólvoras, trotil e nitropenta. Com relação a explosivos, cumpre ressaltar a construção, em fase final, de duas modernas fábricas — de trotil e de hexogênio e nitropenta, com grande capacidade de produção.

A produção de material bélico baixou a níveis inferiores à capacidade industrial militar, após a II Guerra Mundial, gerando dispendiosa ociosidade, pois a mão-de-obra, formada por funcionários, na sua maioria com estabilidade assegurada, não podia ser reduzida. A necessidade de manter todo aquele parque fabril em funcionamento com vistas a restringir as sensíveis perdas que ocorreriam com a maquinaria parada era, contudo, um fato indiscutível.

Essa situação só foi modificada após 1964, quando a consciência da necessidade de reaparelhar o Exército tornou-se uma das preocupações dos condutores da Força Terrestre. A solução mais adequada e posta em execução foi a de abrir ao mercado civil o fornecimento de produtos, alguns de fabricação exclusiva da indústria militar, para compensar a baixa produtividade daqueles estabelecimentos. Uma completa linha de explosivos e acessórios para obras de demolição em abertura de estradas e exploração de pedreiras, construção de barragens, sem esquecer a fabricação das pólvoras químicas de exclusiva produção do Exército, são alguns dos produtos oferecidos ao consumo interno civil, atendendo inclusive a Marinha e Aeronáutica. Igualmente fornecidos pelas fábricas militares, o éter sulfúrico, ácidos (sulfúrico e nítrico), o acetileno com uma média anual de 450, 12 000 e 20 toneladas, respectivamente, atendem ao interesse de setores específicos da indústria civil.

A RECUPERAÇÃO

Com vistas às adaptações de armamento, a Diretoria de Fabricação e Recuperação prossegue realizando a transformação do fuzil e mosquetão 7 mm ou .30 para o calibre 7,62 mm, em cumprimento às premissas definidoras da política posta em vigor, que padronizou naquele calibre os fuzis e metralhadoras.

A partir de 1969, marco significativo para o campo da atividade fabril militar, foram então dinamizadas as fábricas, com índices de produção muitas vezes superiores aos de anos anteriores, graças aos recursos do Projeto Especial de Reaparelhamento. A implantação de máquinas automáticas e instalações modernas, em vias de concretizar-se, redundará em substancial aumento na produção e produtividade.

A Diretoria de Fabricação e Recuperação, mercê da dedicação de capacidade de trabalho dos que labutam em suas fábricas e arsenais, enfrentando escassez de mão-de-obra, de exigências de qualificação cada vez mais aprimorada (em razão dos progressos tecnológicos atuais), cumpre, com méritos, suas atribuições no fabrico e recuperação de material bélico para o Exército.

Presente nas grandes obras do decênio como as barragens de Três Marias e Furnas, colabora com a Petrobrás na prosperação de petróleo e com a indústria automobilística através do fornecimento de calibres e outras ferramentas de precisão.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

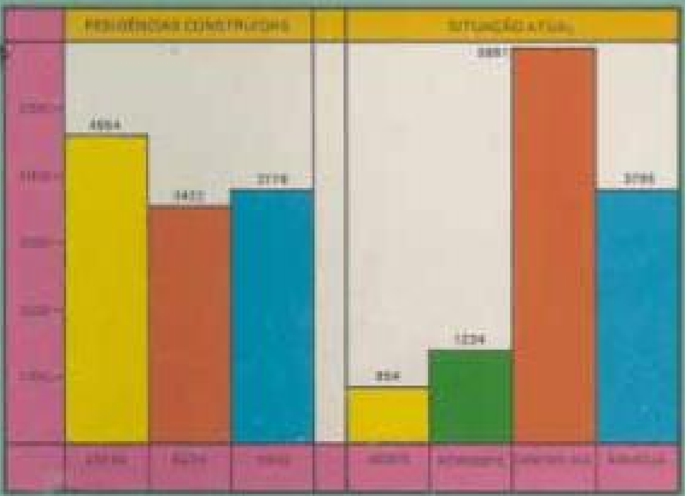
Cidades como Piquete, Vila Inhomirim, General Câmara e Itajubá vivem quase que exclusivamente em função daquelas Organizações Militares ali estabelecidas que, no campo da assistência social, desempenham relevante papel. Seus ginásios industriais são disputados pelos jovens, graças à formação de mão-de-obra qualificada.

DEC

Obras Militares

A equilibrada e consentânea política econômico-financeira implantada após 1964 modificou, substancialmente, a situação das obras militares em todo o país. Antes, o índice de atendimento não atingia, sequer, a 1/5 das necessidades. Hoje, o Exército pode se orgulhar da construção, em poucos anos, de maior número de residências militares que em toda sua história. (Veja gráfico.)

Esse trabalho, segundo a reestruturação administrativa do Exército, cabe, agora, à Diretoria de Obras Militares (DOM), órgão subordinado ao Departamento de Engenharia e Comunicações. Com a transferência da Alta Administrçào do Exército para Brasília, a DOM, em pouco tempo, imprimiu acelerado ritmo na construção das obras que se faziam necessárias. A tal ponto que, hoje, é o Exército o órgão federal com maior número de



imóveis entregues e em vias de ocupação.

PROJETOS ESPECIAIS

Espalhadas por todo o Brasil, trabalham as Comissões de Obras da DOM e os Batalhões de Engenharia de Construção com o objetivo de atender o Exército em quartéis e moradias. Enfrentam, contudo, as dificuldades normais nas mais afastadas regiões, onde a iniciativa privada é carente, a mão-de-obra, de baixa qualificação e a oferta de materiais de construção, incipiente. Mesmo assim, já conseguiram dotar as guarnições de fronteira, em particular, de imóveis dentro de especificações modernas e funcionais.

Além disso, a DOM desenvolveu projetos especiais de obras militares que melhor respondessem às peculiaridades climáticas de um país continente. Na Amazônia, por exemplo, as chuvas intensas, a umidade e o calor excessivo, a precariedade dos meios de transporte, as grandes distâncias e as já citadas limitações de mão-de-obra e obtenção de materiais levaram a DOM a orientar seus projetos segundo as seguintes diretrizes: armários embutidos bem ventilados, com vários respiradouros e internamente dotados de lâmpada auxiliar contra o mofo; uso de adicionais anti-mofo em todas as tintas; adaptação de peças respiradouras nos telhados; janelas providas de telas de náilon ou cobre; páteos internos que possibilitem ventilação cruzada; varandas amplas, circundando os prédios; substituição do taco por cerâmica, mais fria e duradoura.

A DOM tem no seu acervo de obras grande número de projetos acabados. Residências na Amazônia, Nordeste e Centro-Sul; o quartel do Pelotão de Palmeiras; o QG do Comando Militar da Amazônia e dos Batalhões de Infantaria de Selva em Humaitá, Marabá, Altamira, Imperatriz e Itaituba; os quartéis do REc Mec em João Pessoa, dos batalhões de Garanhuns e Feira de Santana, do B Com de Recife; os aquartelamentos de Petrolina, Barreiras e Montes Claros são exemplos daqueles projetos-tipo. Outras obras atestam o trabalho desenvolvido pela DOM: o Quartel-General do Exército, em Brasília, conjunto arquitetônico de rara beleza, ousada concepção e extrema funcionalidade, e o Quartel-General do II Exército, em São Paulo.

EQUIPAMENTOS

Neste setor, destaque-se a ação da DOM na instalação de geradores de emergência em todos os hospitais e policlínicas do Exército, nas unidades de fronteira da Amazônia, Mato Grosso e Paraná e nas sedes de Comando de Exércitos; a aquisição de cozinhas para cerca de 30 Organizações Militares; as restaurações realizadas em várias unidades, algumas de grande porte; a instalação de redes de distribuição de energia e iluminação em uma centena de unidades; e a aquisição de equipamentos para 10 lavanderias militares, podendo ser citada, especialmente, a de Deodoro, GB, na Vila Militar, projetada para o atendimento de um efetivo da ordem de 65 000 homens e 1 200 leitos.

DEC

Mapeamento

Tendo como encargos a elaboração e reprodução de documentos cartográficos, o estabelecimento de normas técnicas referentes às cartas de escalas de 1:250 000 e maiores, o regulamento da concessão de licenças e a fiscalização dos levantamentos fotogramétricos em todo o território nacional, a Diretoria de Serviço Geográfico do Exército mantém-se em atividade incessante e como a única organização do gênero que possui infra-estrutura capaz de arcar com a responsabilidade de mapear, sistematicamente, o país. Criada em substituição à Comissão da Carta Geral do Brasil, de 1903 e ao Serviço Geográfico Militar, de 1917, a DSG desenvolve, sem alarde, uma atividade de importância transcendental para o pró-

prio desenvolvimento econômico tão festejado e desejado pelos brasileiros.

Na verdade, os trabalhos anônimos de técnicos da DSG têm permitido ao Governo conhecer melhor os recursos hídricos e minerais do país, definir traçados de rodovias e ferrovias, planejar trabalhos de drenagem e irrigação, etc. Ainda agora, boa parte dos planos da nova estrada Perimetral Norte dependerá do mapeamento feito pelo Exército, sempre com antecedência e enfrentando condições quase nulas de subsistência na floresta.

OUTROS TRABALHOS

A folha de serviços da DSG, além dos trabalhos que realiza para o Exército, é enriquecida por inúmeras outras atividades, realizadas por convênios com entidades públicas e privadas. Nessa linha de ação, citamos: os levantamentos das cidades de Aracaju e Fortaleza, do Vale do Jaguaribe e das regiões de Sobral, Terezina e Uruçui, através de convênios com a Sudene; de uma região de 240 quilômetros quadrados de incidência de xisto betuminoso em São Mateus, no Paraná e Santa Catarina, para a Petrobrás; da cidade de Maceió, para o DNOCS; da região da Cachoeira de Boa Esperança, para a Cohebe; da região norte-centro de Minas Gerais e do leste-sul do Paraná, para entidades destes Estados; dos pontos de sondagem e dos pilares da Ponte Rio-Niterói, para o DNER.

DEC

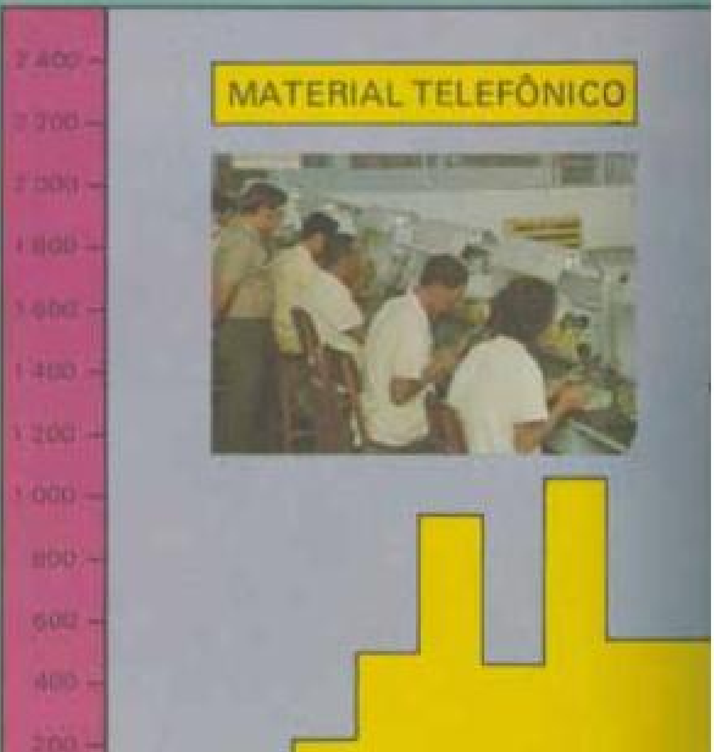
Comunicações

Atenta à moderna tecnologia, a Diretoria de Comunicações — órgão subordinado ao Departamento de Engenharia e Comunicações — vem procurando dotar as unidades do Exército com equipamentos os mais modernos. Para isso buscou o apoio da indústria nacional, militar e civil, e as pesquisas de técnicos brasileiros.

Os resultados deste trabalho não se fizeram esperar: hoje, graças ao estímulo concedido pela Diretoria de Comunicações ao parque fabril interno, e a expressiva capacidade de produção da Fábrica de Material de Comunicações do Exército, 80% das necessidades em equipamentos especializados já são atendidas no Brasil. Tal porcentagem contrasta com os números apresentados em um passado não muito longínquo, quando as Organizações Militares brasileiras encontravam-se desaparelhadas em termos de equipamento de comunicações.

PRODUÇÃO MILITAR

A Fábrica de Material de Comunicações (FMC) vem apresentando um desempenho altamente satisfatório nos últimos anos, com a produção de conjuntos-rádio EB

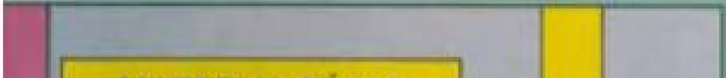


11-ERC 104, equipamento padrão do grupo I; telefones com magneto, amplificador e transistorizado; amplificadores; oscilador-monitor; estabilizador automático de 1 KVa; cristais osciladores de freqüências diversas; magnetos destinados à Central Telefônica Philips; equipamento telefônico de emergência e temporizador para a Artilharia de Costa. Já estuda, porém, a produção de novos tipos de equipamentos: conjunto-rádio EB 11-ERC 120-SSB, portátil; conjunto-rádio EB 11-ERC 104, mais aperfeiçoado; circuito fechado de televisão. Registre-se, ainda, o total índice de nacionalização conseguido pela FMC na produção de telefone EB 11 AF 1/ETC em seus componentes (magneto, cápsula receptora e transmissora e indicador visual).

PRODUÇÃO CIVIL

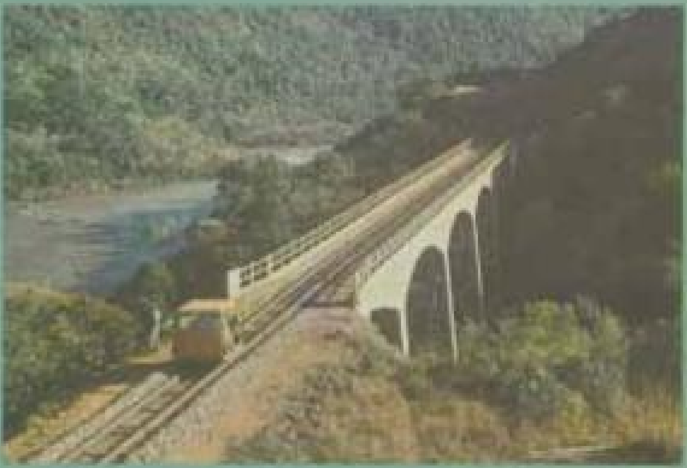
De acordo com a política global de reequipamento do Exército, a Diretoria de Comunicações tem feito um acentuado volume de encomendas às firmas civis com as quais mantém contrato de produção. Aeg Telefunken do Brasil; EE—Equipamentos Eletrônicos; Whinner S.A.;Philips do Brasil; Bengimol Irmão Cia. Ltda.; Engetele—Eletrônica e Telecomunicações S.A.; Enlace—Implantação de Sistemas de Telecomunicações Ltda.; Control S.A.;J. S. Neves Telecomunicações; Sonestel; Ericson do Brasil; Sociedade Técnica Paulista; Etal — Equipamentos Técnicos Eletrônicos e Auxiliar; Indústria de Equipamentos Cinematográficos; 3M do Brasil; Fotóptica; Tecnasa Eletrônica Profissional e Indústria Eletrônica Eudgest.

O comportamento de todo este complexo industrial, em termos de qualidade e fornecimento, permite a conclusão de que, em curto prazo, poderá o Exército suprir-se no mercado nacional da quase totalidade dos equipamentos de comunicações. Hoje em dia dependemos só de 20 a 30% de itens importados.



DEC

Obras de Cooperação



Um bom Exército não se limita a cumprir suas funções militares. Cooperando na execução de tarefas civis essenciais para a comunidade, seus soldados integram-se, também, na luta pelo desenvolvimento, que é de toda a Nação. Atividade essencial e edificante, a cooperação, no Exército Brasileiro, criou, até, uma diretoria própria, originária da fusão das antigas Diretorias Geral de Engenharia e de Vias de Transporte: a Diretoria de Obras de Cooperação, subordinada ao Departamento de Engenharia e Comunicações.

O trabalho dessa diretoria se reflete, principalmente, na construção de ferrovias e rodovias. Mas a ela cabe, também, o planejamento e execução de outras obras essenciais à comunidade brasileira, como barragens, açudes, aeroportos, água encanada e esgotos. Em convênios com entidades públicas, realiza, ainda, obras relevantes, como casas para os segurados do IPASE em quase todos os Estados do Norte e do Nordeste, os "campi avançados" de Boa Vista e Humaitá, e as estações repetidoras da Embratel.

ONTEM, COMO HOJE

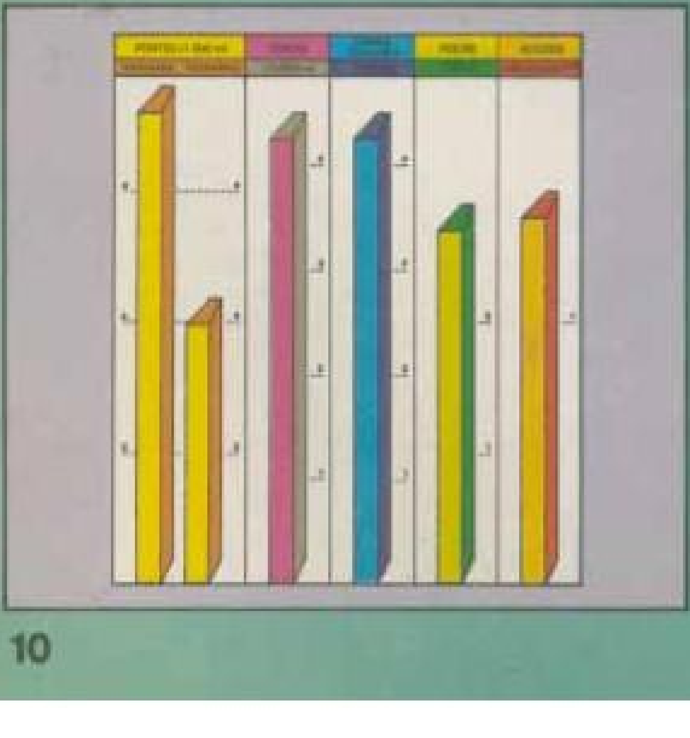
A ação da Engenharia Militar brasileira remonta a um passado distante e o resultado de sua obra já pode ser visto em todo o país. Formada por dois batalhões ferroviários, três comissões de estradas de rodagem e dois grupamentos de engenharia e construção (estes, coordenando as atividades de nove batalhões), coube a ela a construção e a manutenção de dezenas de estradas brasileiras. O Tronco Ferroviário Sul, em vários de seus trechos; a BR-285, Vacaria — São Borja; a BR-153, no trecho Frutal — Ourinhos;

BR-267, trecho Maracaju-Jardim — Porto Murtinho; a Cuiabá — Santarém; a BR-365, ligando Porto Velho ao coração do Centro-Oeste; a BR-174, Manaus — Boa Vista, fronteira da Venezuela; a rede rodoviária nordestina; as pontes ferroviárias sobre os rios Pelotas (333 metros), e Araguari (685 metros); o viaduto do Fundão (302 metros); o túnel 21 do TPS (2 806 metros), os açudes Marechal Dutra, Curimatan, e Caldeirão de Parelhas e a própria Transamazônica, ainda em construção e, em breve, os trabalhos na Perimetral Norte.

FORMAÇÃO E AUXÍLIO

Recrutando brasileiros residentes nas proximidades das sedes de suas unidades, a Engenharia Militar ministra-lhes a instrução militar indispensável, forma o cidadão útil à coletividade e, na atividade específica de sua organização, dá-lhes uma qualificação profissional. Formando motoristas, tratoristas, mecânicos, etc., estes brasileiros humildes saem dos quartéis aptos a procurar seu caminho na vida, capazes de disputar uma posição mais vantajosa no mercado de trabalho. Para o atendimento das missões específicas tem necessidade de recorrer à mão-de-obra regional, oferecendo trabalho a cerca de 15 000 trabalhadores.

Além disso, sempre presente nos grandes momentos, a Engenharia Militar tem aberto frentes de trabalho nas épocas de seca no Nordeste, garantindo trabalho, pão e moradia a milhares de flagelados. Foi o que aconteceu em 1970, quando o 1.º Grupamento de Engenharia abriu 16 frentes de trabalho no Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, com o apoio financeiro da Sudene, acolhendo 115 000 chefes de família, o que representou, na prática, o auxílio a cerca de 700 000 pessoas.



DGS

Saúde

A reformulação do atendimento médico ao pessoal do Exército e o reequipamento de hospitais e policlínicas são as duas principais preocupações da Diretoria de Saúde, órgão subordinado ao Departamento Geral de Serviços. Neste sentido, essa Diretoria instalou, recentemente, Centros de Tratamento Intensivo nos Hospitais de Porto Alegre, de Recife e no Central do Exército. Neste, último, a Unidade Coronariana dispõe de oito leitos, todos com monitores eletrônicos; aparelho de respiração artificial e, possui também, equipamento de raio-X para

atendimento imediato das necessidades do setor.

Mas essa unidade é apenas parte de um todo, o Centro de Tratamento Intensivo. Este, para manter-se em permanente funcionamento, exigiu a mobilização de uma equipe altamente especializada, de 11 médicos, 14 acadêmicos de medicina, 7 enfermeiras diplomadas, 16 auxiliares de enfermagem, 3 auxiliares e 10 serventes. E faz parte, por sua vez, de uma complexa estrutura de saúde, montada com requintes de precisão, ou seja, o Hospital Central do Exército. Não obstante ser considerado um dos mais completos do país, procura sempre modernizar-se. Nos últimos meses, entre os significativos melhoramentos introduzidos neste Hospital podem ser citados uma unidade renal, um aparelho de cineangiocoronariografia, circuito fechado de televisão que pode gravar vídeo-tapes, 2 novas salas de cirurgia e uma central de esterilização.

MEDICINA DE REABILITAÇÃO

Essa especialidade adquire maior importância no mundo médico moderno a cada dia que passa. Daí porque o Serviço de Saúde do Exército não poderia ficar a ela indiferente. Em 1971 foi criada a Clínica de Medicina Física e de Reabilitação, na Policlínica Central do Exército, como atividade-base de um plano piloto para o atendimento dos casos de reabilitação. Essa clínica apresenta as seguintes inovações na técnica do atendimento ambulatorial: semiologia fisiátrica especializada para os casos ósteo-articulares, problemas de coluna e postura; equipe habilitada para a prática de técnicas modernas de cinesioterapia; ginásio para ginástica médica e massoterapia; eletrodiagnóstico para eletrofisiologia da musculatura estriada. Além dessas inovações, a clínica ainda oferece aos seus pacientes tratamento moderno de afecções musculares ou ósseas, com eletro-fototerapia, ultra-som, calor superficial, banho de parafina, etc.

MELHORAMENTOS E PROVIDÊNCIAS

Não se limitou aos grandes centros a atenção da Administração aos problemas de saúde. Inúmeras melhorias foram introduzidas em hospitais da faixa de fronteira, sendo de destacar os levados a efeito no Hospital de Campo Grande (MT). Com a mesma finalidade e em áreas onde o apoio hospitalar do Exército não pode ser levado, foram celebrados convênios com organizações hospitalares locais e mesmo médicos civis.

A partir de 1971 e visando a minimizar a falta de médicos, foram convocados 250 oficiais médicos da reserva e que se destinam aos hospitais e Organizações Militares.

Objetivando dar uma nova estruturação e dinâmica funcional ao HCE, foi contratada firma especializada no Rio de Janeiro. Acredita-se que com as medidas que venham a ser introduzidas, aquele tradicional hospital se transforme em modelar organização.

Com a Central de Medicamentos e o Laboratório Químico Farmacêutico do Exército foi firmado convênio que possibilitará uma maior produção de medicamentos que se destinam às populações carentes de recursos.

Com vistas ao contínuo aperfeiçoamento profissional, médicos do Exército freqüentam cursos de administração hospitalar na PUC — Rio de Janeiro, de engenharia biomédica na Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizam estágios em organizações hospitalares na Alemanha Ocidental, Suíça e França.

DGS

Material de Intendência

A concentração de todos os esforços em proveito da atividade-fim é, hoje, uma das linhas mestras da Administração do Exército. Exatamente dentro desta preocupação, a Diretoria de Material de Intendência (DMI) vem, progressivamente, diminuindo a participação de pessoal e recursos financeiros na produção, por órgãos próprios, dos suprimentos do Exército, o que permite destinar à indústria civil recursos para o fabrico de grande parte destes suprimentos. Dessa forma, foram reduzidos os recursos destinados ao pagamento de pessoal, renovação de maquinaria e prestação de serviços de manutenção. Tal providência não impediu, pelo contrário, proporcionou a obtenção de uma sensível melhoria na qualidade dos suprimentos.

O QUE MELHOROU

Quase todo o equipamento individual dos militares, antes produzido pelas indústrias do próprio Exército, agora é fabricado em estabelecimentos privados. O mesmo acontece com o material de acampamento. Somente os fogões, aquecedores de imersão, camburões para água e bandejas de aço inoxidável ainda continuam sendo produzidos nas fábricas do Exército. A dispersão da produção, como era natural, possibilitou uma seleção muito maior das matérias primas e a exigência de padrões mais qualificados de acabamento. Os resultados, hoje, são flagrantemente visíveis, por exemplo, no fardamento e calçado destinados aos soldados, que contrastam, em termos de qualidade,

com os usados até num passado recente.

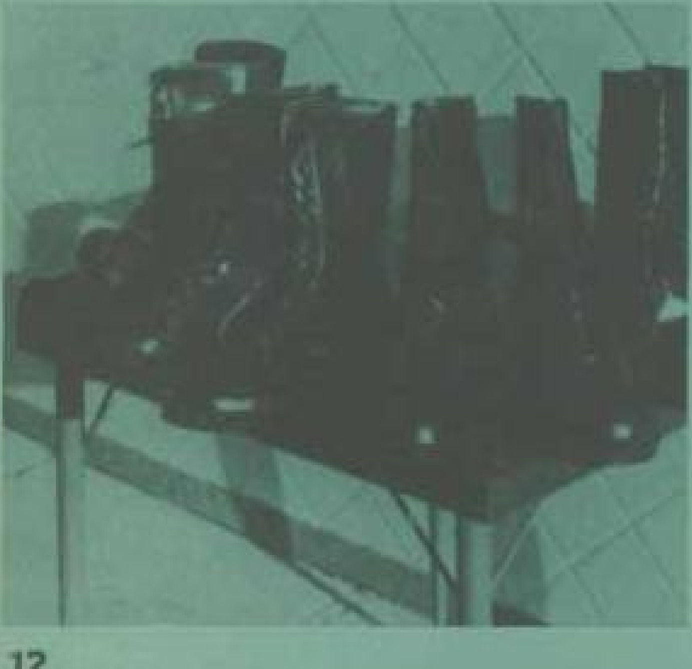
A qualidade dos equipamentos militares brasileiros já desperta o interesse, inclusive, de clientes estrangeiros. Em conseqüência, começam a ser exportados e, como num círculo vicioso de conseqüências agradáveis, tal possibilidade provoca uma permanente atualização dos materiais selecionados e uma crescente melhoria de sua qualidade. Certamente por isso, o soldado já usa um uniforme de instrução feito com brim de boa qualidade, mais resistente e encorpado. Também o traje de passeio passou a ser fabricado em poliéster, mais durável e de melhor apresentação. E a padronização da cor verde-oliva, um problema segundo os técnicos, vem sendo, progressivamente, conseguida.

PESQUISAS PROSSEGUEM

Livre da preocupação de produzir em massa, a Diretoria de Material de Intendência pode, agora, dedicar boa parte de seus recursos à pesquisa e experimentação, em seus laboratórios e, em alguns casos, contando ainda com a colaboração da indústria civil. Assim, uniformes e equipamentos já testados em outros continentes para regiões de condições climáticas adversas estão sendo intensamente estudados, para possível aproveitamento na Amazônia e Nordeste.

Agasalhos compatíveis com o rigor do clima do Sul do país são pesquisados, para breve produção e distribuição.

Exemplos da contribuição das indústrias civis para o aprimoramento dos materiais do Exército também se mostram cada vez mais freqüentes. Os curtumes procuram, progressivamente, melhores tipos de vaqueta para o fabrico de calçados. As indústrias têxteis buscam tonalidades de brim camuflado para os uniformes de tropas especiais, além de trabalharem na implantação do processo de semi-impermeabilização "Scoth-Garden" para os uniformes que exijam melhor apresentação. A Petrobrás submete tipos de solado de borracha a testes de resistência do material. Firma especializada organiza novas normas para a confecção de uniformes, relacionando, minuciosamente, prescrições sobre detalhes técnicos. E as fábricas de colchões, finalmente, pesquisam estofamentos de espuma, para substituir os de crina vegetal, de uso ultrapassado.



DGS

Processamento de Dados

A moderna tecnologia está sendo aplicada nos mais diversos campos de atividades do Exército. Desde 1966, quando foi iniciada a implantação do Sistema de Processamento de Dados, esta área foi beneficiada com a instalação de dois computadores Univac 1004, de 2.ª geração, e a matrícula de oficiais em cursos civis de formação e estágios patrocinados por aquela empresa.

Depois, o Exército procurou acompanhar de perto a evolução tecnológica deste setor. Em 1969, um dos computadores foi transformado em U-1105, com 4 Kb de memória. Neste mesmo ano, instalou-se uma configuração U-9400, com 32 Kb de memória e, no ano seguinte, sua expansão para 65 Kb. Em 1972, foi feito o acréscimo do sistema, com três unidades de disco.

SISTEMAS IMPLANTADOS

Os computadores serviram, de início, apenas à Pagadoria Central do Pessoal, na qual foi implantado o primeiro sistema de processamento de dados do Exército. Mas, no ano passado, um contrato assinado com a ITT Data Services previu a elaboração de três novos sistemas: controle de pessoal, recrutamento para o Serviço Militar e Controle Físico e Acompanhamento Financeiro do Reaparelhamento do Exército. Destes, o primeiro já se acha em fase final de implan-

tação, o segundo em testes de aplicação prática nas áreas das 1.ª, 2.ª e 4.ª RM e o último em pleno funcionamento.

A partir de 1972, iniciaram-se os estudos para a implantação do Sistema de Material. Dada sua complexidade, extenso trabalho preliminar de organização e métodos tornou-se necessário. No momento, este sistema já se acha em fase de testes. Outros sistemas, ainda, estão em estudos: pensionistas, inativos e o de pára-quedistas, este com vistas ao controle de saltos.

Há, ainda, outros pequenos sistemas fragmentários, anteriores à criação da Diretoria de Processamento de Dados, órgão subordinado ao Departamento Geral de Serviços. Foram atualizados e completados apenas para aproveitamento dos dados cadastrados no sistema de material, em elaboração.

METAS DE 1974

Para o próximo ano, a DPD fixou, como metas principais, a elaboração do Sistema de Patrimônio, o desenvolvimento dos sistemas já implantados e o estudo da instalação de um Centro em Brasília, devido à transferência da Alta Administração para o Planalto Central.

Enquanto isso, o Instituto Militar de Engenharia continua aperfeiçoando especialistas em processamento de dados, oferecendo estágios para analistas e programadores, oficiais e sargentos, e o Exército tem proporcionado matrículas para cursos no exterior além da realização de simpósios sobre o assunto.

DGS

Transportes

Em apenas 10 anos — de 1963 a 1972 — os veículos do Estabelecimento Central de Transportes percorreram cerca de 4 600 000 quilômetros em estradas de Norte a Sul do país. Contou, quando se fez necessário, com a cooperação do Comando de Transporte Aéreo da FAB e da Força de Transportes da Marinha, esta, particularmente no deslocamento de cargas pesadas.

A criação da Diretoria de Transportes, subordinada ao Departamento Geral de Serviços foi o primeiro passo para a desejada implantação do Sistema de Transportes do Exército, que terá a seu cargo a coordenação de todas as atividades do setor. Recentemente, nova providência administrativa foi tomada, com o mesmo propósito: o Estabelecimento Central de Transporte (ECT) teve sua subordinação transferida da Diretoria de Material de Intendência para a Diretoria de Transportes.

Dentre as metas da Diretoria de Transportes para o próximo ano destacam-se as seguintes: 1) reestruturação das unidades de transporte, com a criação do Batalhão de Transportes em substituição ao ECT, reorganização da 1.ª Cia Es Trnp — Manaus e criação da 2.ª Cia Es Trnp — Belém; 2) estabelecimento de uma licitação para os transportes, em nível nacional; 3) revisão da legislação sobre organização e preparo dos transportes de interesse militar, para utilizá-los em qualquer situação.

DGP

Treinamento Profissional

Colaborando com o programa de educação desenvolvido pelo Governo, o Exército — além do ensino proporcionado nas escolas regimentais, nos colégios militares e no Instituto Militar de Engenharia — passou a formar mão-de-obra especializada, a partir de 1964, com a criação dos centros de treinamento profissional em várias guarnições militares sediadas em diferentes pontos do país. Esse trabalho visa, principalmente, a valorizar mais ainda o serviço militar dos brasileiros incorporados, facilitando-lhes o retorno à vida civil com maiores possibilidades de disputar uma compensadora colocação no mercado de trabalho. É feito em convênio com organizações como o Senac e o Senai, e em estreita ligação com o Departamento Nacional de Mão-de-Obra, órgão do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Quando licenciados, os soldados já qualificados recebem, no quartel, sua carteira profissional.

BONS RESULTADOS

O primeiro centro de formação profissional, instalado na Vila Militar — Rio, já testou o seu funcionamento prático e os resultados obtidos não poderiam ser melhores. Assim, dos 127 soldados formados balconistas, lubrificadores, ajustadores, datilógrafos e noutras profissões, no ano de 1968, dois já são gerentes de postos de gasolina e os melhores datilógrafos foram empregados pela CTB, com ordenado inicial compensador. No ano seguinte, mais de 500 foram matriculados naquele Centro e a gama de qualificações profissionais ampliou-se, sendo formados mecânicos, eletricistas, soldadores, especialistas em refrigeração e torneiros, além das profissões já oferecidas em 1968. Nas áreas do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, 6 500 soldados já se beneficiaram, em 1972, daqueles cursos.

EVITANDO O ÊXODO

Objetivando evitar o êxodo rural, que tem como um de seus componentes a tendência do homem do campo de permanecer nas cidades depois de completado o serviço militar, o Exército criou cursos de formação agropecuária em diversas unidades do interior. Nestes cursos, os soldados têm oportunidade de adquirir conhecimentos técnicos que os ajudarão a trabalhar melhor no campo, quando retornarem às fazendas e povoações de onde vieram. Assim, são estimulados a permanecer na atividade agrícola, pela consciência da melhor aptidão para os trabalhos de campo. Além disso, podem, de volta, difundir os conhecimentos técnicos adquiridos, melhorando o nível da agropecuária.

DGP

Atividades de Pessoal

Designar os militares para funções que estejam mais de acordo com sua capacitação e, principalmente, estabelecer uma sistemática de acesso aos postos e graduações subseqüentes, distinguindo os mais aptos e merecedores — constitui preocupação constante do Exército Brasileiro que passou a ser enfrentada, com realismo, pela atual Administração. Para esse mister, o Departamento Geral de Pessoal passou a utilizar, nos últimos tempos, novos métodos de trabalho e uma abordagem inteiramente diversa. Antes, este importante setor do Exército dispunha, apenas, de alguns dispositivos legais ou regulamentares, além de uma documentação esparsa e de trabalhos esporádicos sobre o assunto. Agora, há uma estrutura montada e adequada à prática dos novos procedimentos de avaliação e cadastramento dos militares, capaz de solucionar tão significativos problemas ligados ao pessoal.

NOVIDADES NA AVALIAÇÃO

Coube à Diretoria de Cadastro e Avaliação (DCA), criada recentemente, a tarefa de reformular, inteiramente, os critérios de avaliação e os métodos de cadastramento tradicionais, procurando tornar aqueles mais objetivos e justos e estes mais econômicos e seguros. Na área da avaliação, o processo se iniciou através de um contato mais íntimo da Diretoria com instituições públicas e privadas, seguido do manuseio de obras de renomados psicólogos e sociólogos. Dois anos de trabalho decorreram, desde então, e, agora, a DCA já chegou à fase final de estruturação de um Sistema de Avaliação do Mérito e do Desempenho. Parte fundamental deste sistema serão as Normas de Avaliação, que documentam os princípios e procedimentos a serem observados em todas as fases do processo e se encontram em fase de elaboração. A avaliação se fundamentará em uma sistemática com vistas à obtenção de dados através de fichas de informações. Estas, aliadas à utilização de padrões, escalas e outros procedimentos a fixar, possibilitarão o acompanhamento da vida profissional do militar para fins de julgamento. Desta forma, todos os militares passarão a ser avaliados segundo critérios objetivos e práticos. Os cuidados exigidos para que a ficha de informação seja, realmente, um elemento básico de avaliação, obrigaram a DCA a estudos e pesquisas demorados e aprofundados, realizados durante todo um ano, em cerca de 70 organizações militares.

[illegible] ANO	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
				[illegible]	[illegible]	[illegible]	
1963	17114	—	—	—	—	—	**
1964	—	3775	—	—	—	—	**
1965	—	815	104	—	—	—	**
1966	330	186	71	—	—	339	**
1967	5181	4	532	78	—		**
1968	—	14	452	455	—		**
1969	358	180	347	66	—		**
1970	741	—	1378	—	488		573
1971	30	1	1886	293	—	53	395
1972	—	4	1490	1	30	74	283
1973(*)	—	—	3904	—	219	—	130

(*) ATÉ 14 DE JUNHO — (**) NÃO HÁ REGISTRO

CADASTROS MICROFILMADOS

Na área do cadastramento, a DCA instalou um setor de microfilmagem que servirá de "modelo-piloto" para outras atividades do Exército e já apresenta nítidas vantagens, em relação ao sistema anterior. Assim, foram microfilmadas as alterações de 2 677 Oficiais, num total de 130 761 folhas. No próximo ano, será iniciada a microfilmagem das alterações dos Sargentos. Trinta rolos de filmes acondicionados em dois pequenos fichários substituirão as atuais 40 000 pastas, proporcionando sensível economia de mão-de-obra, redução de 90% da área ocupada e, principalmente, proteção total contra a ação do tempo, insetos, etc.

Além disso, um esquema de equipamentos eletrônicos de leitura e copiagem de dados, quando implantado nos demais órgãos do Exército, possibilitará a tramitação de dados com grande rapidez, fornecendo a DCA "jaquetas" ou "micro-fichas", trabalhadas em computadores.

CIVIS TAMBÉM

Os novos métodos de avaliação e cadastramento estão sendo aplicados, igualmente, aos quadros de funcionários civis do Exército. Estes servidores somente em 1963 começaram a ser enquadrados e readaptados, pela sistemática de classificação de cargos instituída na lei 3 780. Agora, já contam com um cadastramento básico, realizado a partir de novembro de 1971, e pelo qual cada funcionário civil foi individualizado numa ficha de dados (total de 25 mil fichas). Esse trabalho, que exigiu grande dedicação de todos os integrantes da Diretoria do Pessoal Civil, só pôde ser concluído nos prazos fixados em regime de mutirão e compreendeu, além do cadastramento básico, dados relacionados com promoções, remoções, nomeações, falecimentos, transferências, aposentadorias, etc., de cerca de 15 000 servidores.

Quanto à avaliação de capacidade e desempenho, a Diretoria de Pessoal Civil tem se limitado, por enquanto, a impor um estágio em que se apura a idoneidade moral, assiduidade, disciplina e eficiência dos servidores. Contudo, tão logo seja instituída a sistemática de avaliação prescrita na lei 5 645/70, as promoções serão condicionadas pelos resultados conseguidos em treinamentos e aperfeiçoamentos obrigatórios. Para 1974, a Diretoria do Pessoal Civil tem como metas prioritárias a conclusão do cadastramento de todo o funcionalismo civil do Exército, o levantamento de dados para gravação em fita magnética e fun-

cionamento de um novo sistema de avaliação, com critérios mais efetivos e objetivos de julgamento. No momento, porém, os funcionários civis já podem contar com o direito às promoções, que de há muito vinha sendo protelado.

PERSPECTIVAS DE ADMISSÃO

Dentro da nova política do Exército de substituir por civis o significativo número de militares no exercício de atividades-meio, abrem-se grandes perspectivas para a admissão de numeroso contingente de servidores civis. Concursos públicos vêm sendo realizados nos últimos tempos cada vez com maior freqüência. A partir de 1970, foram nomeados por concurso 714 novos servidores civis, das mais diversas especializações.

Tão logo sejam aprovados os quadros de lotação de Pessoal Civil, atualmente em elaboração, e fixados os critérios de avaliação de sua capacidade profissional, essas perspectivas de admissão serão uma indiscutível realidade dentro do Exército Brasileiro.

DEP

Ensino

Criado em decorrência da reforma administrativa do Exércitto, o Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) coordena todas as atividades ligadas a esses dois importantes setores, executadas por cinco diretorias que lhe são subordinadas: Formação e Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, Pesquisas e Ensino Tecnológico, Educação Física e Desportos e Ensino Preparatório e Assistencial. Cabe, assim, ao DEP, a missão de, em seus estabelecimentos de ensino, capacitar os militares brasileiros para o desempenho de suas atribuições nas mais variadas e complexas funções.

Eis, ainda que sumariamente, um relato informativo, das atividades dos órgãos de ensino e pesquisa subordinados ao DEP:

COLÉGIOS MILITARES

Nesses estabelecimentos, classificados como "assistenciais", órfãos e filhos de militares, preferencialmente (os filhos de civis também são aceitos quando há vagas) recebem formação de primeiro e segundo grau, segundo as exigências da Reforma do Ensino. A excelência do ensino destes colégios é por demais conhecida. A essa eficiência junta-se uma formação moral, disciplinar e física dos alunos que tornam os colégios militares estabelecimentos de ensino bastante solicitados: para as 800 vagas disponíveis, em 1971, nos colégios militares de Fortaleza, Recife, Salvador, Rio, Belo Horizonte, Manaus, Curitiba e Porto Alegre, por exemplo, apresentaram-se cerca de 3 000 candidatos.

ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES

Situada em Campinas, este estabelecimento destina-se a preparar candidatos à matrícula na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Ano após ano atrai número cada vez maior de alunos. Em 1971 inscreveram-se 6 521 para, apenas, 720 vagas.

ACADEMIA DAS AGULHAS NEGRAS

Órgão, por excelência, de formação do oficial de carreira, vem atraindo um número de candidatos sempre crescente. É, sem dúvida, o único estabelecimento de ensino no país que reúne, entre seus alunos, brasileiros oriundos de todos os Estados e Territórios da Federação, de todas as raças e credos religiosos, e de famílias de todas as classes sociais. Lado a lado, nas salas de aulas, dormindo nos mesmos alojamentos, sentando-se à mesa de refeições, igualam-se o filho do industrial, do general, do operário, e do sargento; o filho do negro, do mulato, do branco, e do mestiço; o descendente de imigrantes com o de famílias tradicionais; o católico, o protestante, o espírita. Todos eles recebem uma formação essencialmente democrática e profissional. Saem da Academia como Aspirantes a Oficial e se espalham por todo o Brasil, levando os ensinamentos que lhes foram transmitidos para o exercício de suas atividades militares, convictos, desde então, de que fazem parte da mais legítima célula representativa do povo brasileiro — o Exército.

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Prossegue na sua missão básica de aperfeiçoar capitães das Armas e Serviços, adaptando-se à reformulação do ensino com vistas a ajustar-se aos currículos da escola de nível imediatamente superior — a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Mantendo em pleno funcionamento o Curso de Preparação já em bases sólidas, a EsAO vem proporcionando o aperfeicoamento anual de cerca de 300 Oficiais.

Franqueada a companheiros do Corpo de Fuzileiros Navais — que sempre se fez representar em seu corpo discente — também recebe Oficiais de nações amigas. Nos ultimos dez anos, 228 destes militares frequentaram esta Escola.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

Situando-se no nível de pós-graduação, tem diploma-

do, anualmente, turmas da ordem de 100 a 120 Oficiais. Seus currículos, além dos eminentemente profissionais, abarcam assuntos de interesse à formação dos futuros Chefes e Comandantes quando à frente da Alta Administração do Exército. Sociologia, psicologia, chefia e liderança, ciência política, administração científica e outros tantos, são conhecimentos ali ministrados.

A permanente matrícula de Oficiais de outras nações é testemunho eloqüente de seu conceito já firmado como estabelecimento de excelente padrão.

INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA

Aqui são formados os engenheiros de que carece o Exército. Seus diversificados cursos, alguns pioneiros no Brasil, são franqueados a candidatos civis. Construção, comunicações, eletricidade, geodésia, mecânica de armamento e de automóvel, metalurgia e química são opções que o IME oferece. O pós-graduação, em nível de mestrado, pode ser concluído nas cadeiras de química orgânica, engenharia nuclear, ciência dos materiais, engenharia elétrica e matemática aplicada. O expressivo número de candidatos civis que o procuram (569 em 1971) na disputa do reduzido número de vagas (50) comprova o alto nível do ensino que ali é ministrado. Naquele ano, seus cursos foram freqüentados por 448 alunos.

CENTROS E NÚCLEOS DE PREPARAÇÃO DA RESERVA

Em número de 7 a 37, respectivamente, sediados por todo o Brasil, têm permitido ao Exército recrutar jovens universitários ou matriculados na última série do curso colegial, com vistas à formação de sua reserva em Oficiais. Conciliando os interesses escolares daqueles jovens com as imposições do serviço militar, a duração do curso foi reduzida para um ano e as atividades desenvolvidas nas manhãs dos dias úteis.

Cerca de 20 000 jovens, neste último decênio, vieram engrossar as fileiras de Oficiais da reserva do Exército, parcela ponderável de brasileiros com que, se necessário, a Pátria poderá contar na salvaguarda de sua defesa e integridade, responsabilidade que a todos é comum, militares da ativa e da reserva.

ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS

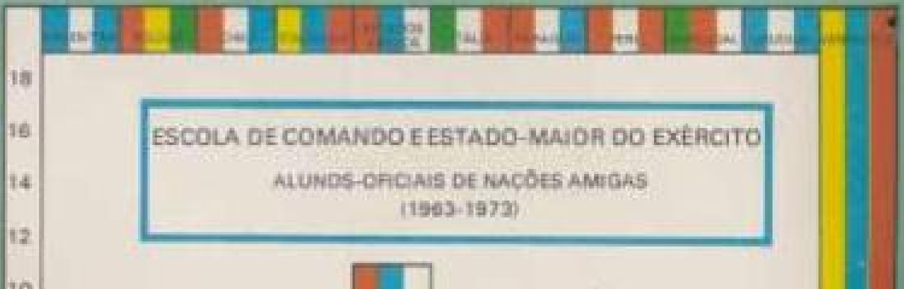
Instalada em Três Corações, Minas Gerais, a Escola tinha como encargo formar Sargentos para o Exército. Atualmente, sua missão está voltada para o aperfeiçoamento daqueles graduados. Consolidar, atualizar e ampliar os conhecimentos dos Sargentos de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia, são os objetivos da Escola de Sargentos das Armas. Concluíram seus cursos, em 1971, cerca de 600 alunos.

ESCOLAS DE ESPECIALIZAÇÃO

Para o contínuo aperfeiçoamento e especialização de seus efetivos, o Exército manteve em pleno funcionamento seus inúmeros cursos, no país e exterior, estágios, simpósios, etc. Nas escolas de especialização, englobando cursos de psicotécnica militar, técnica de ensino e de administração, línguas estrangeiras, informações, comunicação social, operações na selva, radar, educação física, mestre d'armas, observador aéreo, guerra química, foto-informação, somente no decorrer de 1972, foram freqüentados por aproximadamente 450 Oficiais; os cursos de extensão para Sargentos aprovaram 840 alunos.

CONFRATERNIZAÇÃO

Na base da reciprocidade de tratamento, Oficiais brasileiros têm freqüentado cursos nos Estados Unidos da América do Norte, França, Itália, Alemanha, Portugal, Argentina e Peru.

ALFABETIZAÇÃO

Por fim, cumpre incluir nesta GRANDE ESCOLA que é o Exército, mais 10 000 jovens que, cada ano, são, normalmente, alfabetizados em suas escolas regimentais.